

- *Legislação excessiva e entraves ao crescimento das empresas*

- produção legislativa abundante na vida das empresas, seja por iniciativa nacional (governo, AR), seja por iniciativa comunitária, com necessidades de alteração de processos, autorizações, etc., que tornam os processos de investimento morosos e burocráticos
- alternância democrática, sem pactos de regime, leva a reversões e potenciais reversões de reversões
- inúmeros institutos, agências, departamentos, comités que regulam e exigem informação/dados e ocupam tempo da vida das empresas que é retirado das suas funções principais : inovar e vender

- *Ausência de incentivos à formação de capital*

- a fiscalidade é apenas um dos incentivos, mas é essencial
- a formação de capital, riqueza, que deveria ser imperativo nacional não é incentivada sob qualquer forma
- a riqueza é atacada e os ricos não são “um exemplo”
- a fiscalidade para a “poupança” foi fortemente agravada, limitando a base de capital
- o capital financeiro foi erodido, por maus investimentos, e maus exemplos
- poucas empresas aderem à dispersão de capital em bolsa

- *Necessidade de uma reforma e papel da boa governação*

- casos do BCP, BES e PT, são maus exemplo do capitalismo português
- independência dos “Boards”
- cultura de mérito e funcionamento lento (e difícil) da Justiça
- Decisões assentes em prazos mais longos são uma exceção na nossa cultura de empresa muitas vezes mediatizada

**A conclusão** : é que desde a Lei Sapateiro e os incentivos fiscais de Miguel Cadilhe, muito se tem feito em Portugal para destruir capital e pouco para o reerguer: o crescimento de muitas empresas foi assente em fundações frágeis de curto prazo, incentivos desmesurados com dinheiro público e excessivamente endividadas e sem capacidade para resistir a adversidades.